

# Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil

ANA FLÁVIA HANSEL







Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!



# SUMÁRIO





# Apresentação

Caros alunos do curso de Pedagogia

Espero que com este material, os conteúdos desenvolvidos nas aulas de Tópicos Especiais em Educação I sejam enriquecidos. Esta disciplina trata especificamente sobre a educação infantil e o atendimento pedagógico para alunos de 0 a 3 anos de idade. Neste contexto, atualmente, é fundamental focar as crianças nascidas com deficiências e o atendimento educacional especial/inclusivo/infantil. O desafio é grande e as demandas emergentes, no sentido de se criar estratégias para a prevenção e intervenção, bem como orientações a professores e pais.

Boa leitura!



# Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Infantil


Neste *e-book* são expostos os principais conceitos, definições e características acerca da deficiência em relação com a educação inclusiva e infantil, fazendo inicialmente, uma abordagem delicada de como a família recebe uma pessoa com necessidades especiais.

De acordo com o contexto histórico, é de conhecimento que a deficiência não é algo novo na sociedade, pois o emprego da imagem das pessoas com deficiência com o objetivo de comoção social, ainda é uma prática bastante presente na sociedade.

A denominação utilizada para se referir às pessoas com alguma limitação física, mental ou sensorial assume várias formas ao longo dos anos. Utilizavam-se expressões como ‘inválidos’, ‘incapazes’, ‘excepcionais’ e ‘pessoas deficientes’, até que a Constituição de 1988, por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, incorporou a expressão ‘pessoa com necessidades especiais’, que se aplica na legislação ordinária (BRASIL, 2007, p. 68).

As escolas apresentam, em muitos casos, certa dificuldade em estabelecer, por meio de regras ou normas dinâmicas a igualização entre as pessoas portadoras de deficiência ou não, dentro das instalações educacionais, para aplicar um dos princípios fundamentais da Consti-



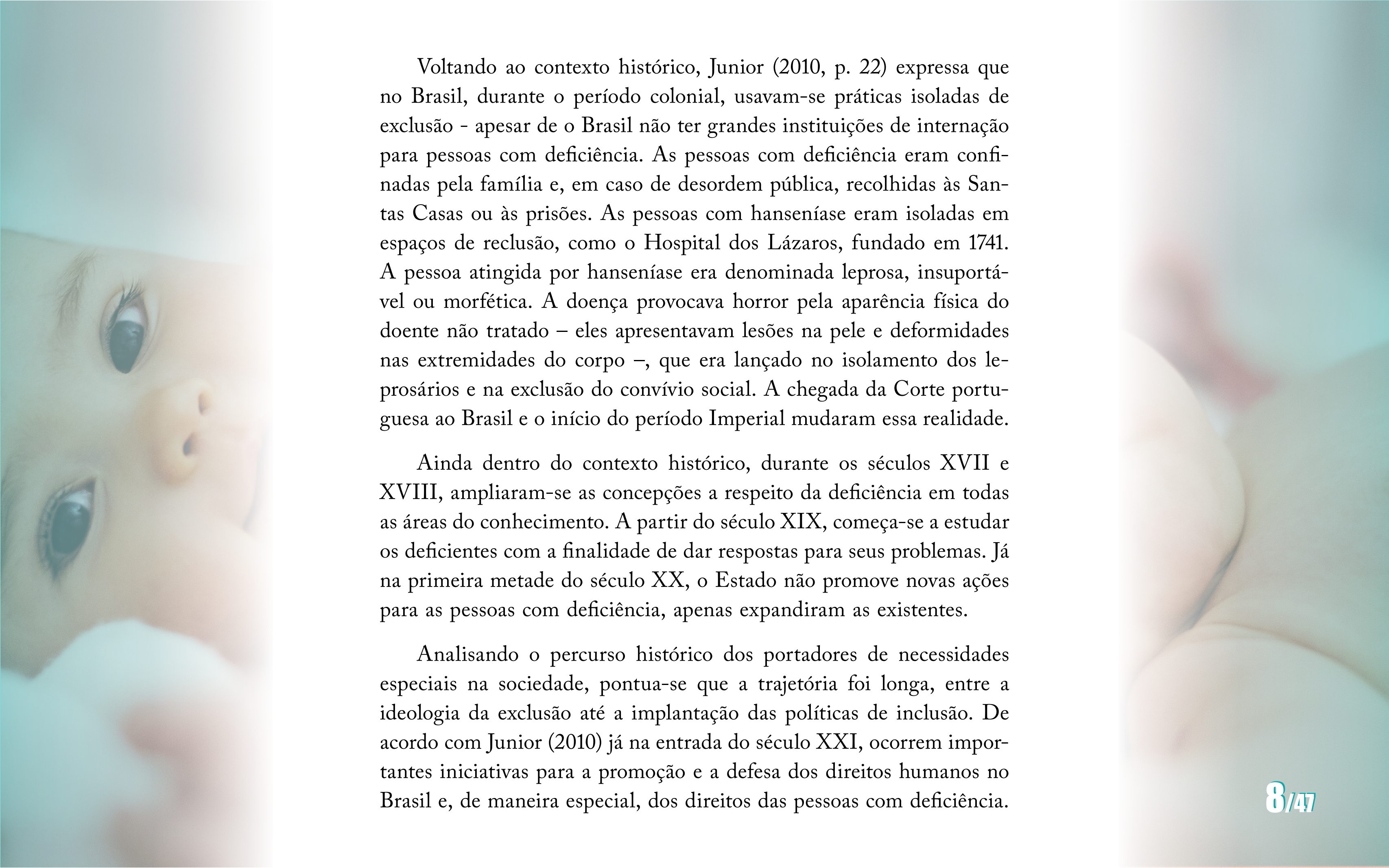


tuição Federal (CF) que é o da igualdade. Dentro desse cenário resalta-se a importância da “[...] família nessa situação, pois é nela que a criança deficiente se sentirá segura para aprender e se desenvolver.” (LEMES; BARBOSA, 2007, p. 442). A família é o primeiro campo de treinamento significativo da criança com NEE. É nesse campo de treinamento que a criança descobre a existência de outras pessoas que, por suas experiências únicas e uma personalidade essencial torna-se uma pessoa diferente das demais. Frente a este princípio, a presença do portador de deficiência na sala de ensino regular não representa dificuldade, mas, ao contrário, enriquece o ato pedagógico.

Adota-se, hoje, também, a expressão pessoas com necessidades Especiais - PNE ou pessoa especial (Brasil, 2007, p. 69). O que pode ser observado nesse contexto é que todas mostram a transformação de tratamento que vai da invalidez e incapacidade à tentativa de nominar a característica peculiar da pessoa.

A expressão pessoa com necessidades especiais abrange pessoas com deficiência, mas também acolhe os idosos, as gestantes, enfim, qualquer situação que implica tratamento diferenciado. Igualmente, adota-se a expressão pessoa com necessidades especiais com uma concordância em nível internacional, visto que a deficiência não é portada, está com a pessoa ou na pessoa, o que tem sido motivo para que se use, mais recentemente, conforme se fez ao longo de todo o texto, a forma pessoa com deficiência. (BRASIL, 2007, p. 70).





Voltando ao contexto histórico, Junior (2010, p. 22) expressa que no Brasil, durante o período colonial, usavam-se práticas isoladas de exclusão - apesar de o Brasil não ter grandes instituições de internação para pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência eram confinadas pela família e, em caso de desordem pública, recolhidas às Santas Casas ou às prisões. As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázaros, fundado em 1741. A pessoa atingida por hanseníase era denominada leprosa, insuportável ou morfética. A doença provocava horror pela aparência física do doente não tratado - eles apresentavam lesões na pele e deformidades nas extremidades do corpo -, que era lançado no isolamento dos leprosários e na exclusão do convívio social. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil e o início do período Imperial mudaram essa realidade.

Ainda dentro do contexto histórico, durante os séculos XVII e XVIII, ampliaram-se as concepções a respeito da deficiência em todas as áreas do conhecimento. A partir do século XIX, começa-se a estudar os deficientes com a finalidade de dar respostas para seus problemas. Já na primeira metade do século XX, o Estado não promove novas ações para as pessoas com deficiência, apenas expandiram as existentes.

Analisando o percurso histórico dos portadores de necessidades especiais na sociedade, pontua-se que a trajetória foi longa, entre a ideologia da exclusão até a implantação das políticas de inclusão. De acordo com Junior (2010) já na entrada do século XXI, ocorrem importantes iniciativas para a promoção e a defesa dos direitos humanos no Brasil e, de maneira especial, dos direitos das pessoas com deficiência.



Refletir sobre a questão dos direitos das pessoas com deficiência significa hoje discutir cidadania e democracia, igualdade social e respeito às diferenças.

Pensar a mesma questão no contexto brasileiro nos obriga a uma série de análises que envolvem justiça social e direitos humanos e nos levam a considerar as muitas e incontáveis imposições econômicas e sociais que fazem dessa população um radical exemplo de exclusão social em nosso país. (IBDD, 2008, p. 46)

O fato é que se torna necessária a criação de novas propostas para assegurar os direitos já conquistados pelos portadores de deficiência. A uma sociedade democrática cabe caracterizar-se, fundamentalmente, por oferecer a todos, oportunidades de desenvolver-se e de participar, tendo acesso a bens de consumo básico.

Para melhor compreender o assunto acesse:

**Inclusão na Educação Infantil: Desafios e Possibilidades através das Práticas Pedagógicas**

O artigo discute acerca do processo de inclusão na educação infantil por meio das práticas pedagógicas. Devido ao crescente número de crianças com necessidade especial ingressando em turmas regulares na educação infantil, a escola precisa preparar-se, não só na parte de acessibilidade, mas também na formação dos profissionais de educação. E nessa perspectiva, a sala de aula é o lugar no qual a prática, no cotidiano, promove a inclusão. Por isso analisa-se as possibilidades encontradas na prática, para refletir e, quem sabe, encontrar caminhos na promoção de uma educação de qualidade e respeito à singularidade de cada um.



# A Chegada do Bebê com Deficiência


O nascimento de um bebê desperta nos pais grandes trocas emocionais, fantasias, expectativas, sonhos. Quando um bebê nasce com algum tipo de deficiência, os pais têm, imediatamente, dificuldade de se identificar com seu bebê (Almeida, 2012). Em uma sociedade que vive sob a luz da estética, uma criança com deficiência geralmente é ignorada e excluída, só lhe restando como refúgio as instituições familiar e a educacional.

O nascimento de um bebê com deficiência ou o aparecimento de qualquer necessidade especial em algum membro da família altera consideravelmente a rotina no lar. Os pais logo se perguntam: por quê? De quem é a culpa? Como agirei daqui para frente? Como será o futuro de meu filho? O imaginário, então, toma conta das atitudes dos pais ou responsáveis e a dinâmica familiar fica fragilizada. Imediatamente instalam-se a insegurança, o complexo de culpa, o medo do futuro, a rejeição e a revolta, uma vez que percebem que, a partir da deficiência instalada, terão um longo e tortuoso caminho de combate à discriminação e ao isolamento (MACIEL, 2000, p. 53).

Continua a autora:

[...] os pais ou responsáveis por pessoa com deficiência, por sua vez, também se tornam pessoas com necessidades especiais: eles precisam de orientação e principalmente do acesso a grupos de apoio. Na verdade, são eles que intermediarão a integração ou inclusão de seus filhos junto à comunidade. (MACIEL, 2000, p. 53).





A deficiência quase sempre causa sofrimento, desconforto, embaraço, lágrimas e confusão para todos os integrantes da família, além de grandes exigências de tempo e recursos.


Kroeff ressalta:

[...] o nascimento de um filho com deficiência já não pode ser assim conceitualizado. Essa possibilidade até poderia ter sido alguma vez aventada, mas em geral é algo afastado rapidamente da mente dos pais. O casal não está preparado para este acontecimento, nem desejado, nem esperado. As consequências desse nascimento são múltiplas, afetando a todos: os membros individuais e o próprio casal, os demais membros da família, a sociedade em geral, vindo a ter também consequências, obviamente, para esta pessoa que nasce com alguma deficiência. (2012, p. 68).

A forma como é transmitida a notícia de deficiência no filho pode ter influência decisiva nas reações vivenciadas pelos pais, uma vez que o diagnóstico de deficiência parece gerar uma situação crítica de impacto, caracterizada por sentimentos de desconforto, como angústia, medo, culpa e vergonha. (LEMES; BARBOSA, 2007).

Buscaglia (2006), acrescenta que o nascimento de uma criança deficiente, seja qual for o tipo de deficiência, traz à tona uma série de complicações advindas de sentimento de culpa, rejeição, negação ou desespero, modificando as relações sociais da família e sua própria estrutura.



A close-up, soft-focus photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking slightly to the side. The lighting is gentle and natural.

Rêgo e Soares preconizam que:


[...] o papel da família em relação ao desenvolvimento da criança com deficiência é imprescindível. No entanto, é necessário que os profissionais façam orientações adequadas, oferecendo uma assistência aos pais, dedicando-lhes maior e melhor atenção. Deve-se ter cuidado para que as informações não sejam passadas de maneira a influenciar os pais negativamente, sempre levando em consideração o estado emocional da família. (2003, p. 44).

Conforme Silva; Dessen (2001, p. 137) nem sempre os genitores adotam uma forma adequada para lidar com as situações advindas de ter uma criança deficiente na família, mostrando-se ora condescendente, ora impaciente e, às vezes, revelando atitudes de depreciação em relação ao próprio filho. As estratégias de enfrentamento adotadas por eles são diversificadas, entre as quais a procura por informações sobre a deficiência e as fantasias de satisfação de desejos, de como lidar com as situações difíceis e qual será o progresso no desenvolvimento da criança.

Meynchens-Fourez destaca que:

[...] a pessoa com deficiência ser o primogênito ou o caçula dos irmãos cria situações especiais. No primeiro caso, pode ser que as funções de cada um se invertam rapidamente. O caçula virá a exercer funções de irmão mais velho, e este assumirá posições de irmão caçula. Isto nem sempre ocorre sem dificuldades, ciúmes, atritos e disputas, inclusive



A close-up, soft-focus photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking slightly to the side. The lighting is gentle and natural.

entre os pais, que podem reviver a cada momento mais tenso a dor do nascimento do primogênito com deficiência. Um caçula que desenvolve sentimento de culpa por estar ultrapassando o irmão pode restringir seu desenvolvimento pessoal. No segundo caso, quando é o caçula o membro com deficiência, o irmão mais velho pode sentir-se sobrecarregado ou culpado por não conseguir desempenhar o que considera apropriado para si. (2000, p. 186).


Sociologicamente, a família é definida como um sistema social pequeno e interdependente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e da definição de papéis (GINNOT, 2010, p. 79).

O Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência - IBDD legisla:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (2008, p. 110).

O artigo, deixa clara a importância da família, pois a criança aprende a conhecer sobre o mundo e a vida com cada membro na família. Porém de acordo com Moura e Valério, quando a criança nasce com alguma deficiência, “[...] muitos pais não só experimentam sentimen-





to de culpa e vergonha, mas sentem-se culpados e envergonhados por experimentá-los; ou seja, além de se sentirem culpados, eles se sentem culpados por se sentirem culpados.”(2003, p. 43).

Isso explica-se pelo fato de viver-se em uma época em que a visibilidade e a dizibilidade das diferenças assumem crescente importância política educacional. O antigo Decreto n. 914/93 traz, no artigo 3º, a conceituação a respeito de quem é considerado pessoa com deficiência.

Art. 3. Considera-se pessoa com deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. (IBDD, 2008, p.).

Ainda dentro desse contexto, é possível destacar que, em geral, os pais de crianças deficientes experimentam cinco estágios emocionais, entre os quais descrevem: choque, negação, tristeza e cólera, equilíbrio e reorganização. Confirmando esse pressuposto dos autores acima, Mayrink, leciona que:

[...] o nascimento de filho com deficiência exigirá uma mudança nos sistemas, que não estava previsto no repertório usual destas estruturas. A primeira mudança necessária será a de acolhimento e de aceitação deste ser não esperado, como filho, neto, sobrinho, primo, uma pessoa, enfim, com deficiência, é verdade, mas primariamente



uma pessoa; um bebê que tem necessidades de ser acolhido, cuidado, amado como todos os bebês. Conforme relatava a mãe de uma filha com síndrome de Down, depois do difícil processo de aceitação de sua filha como nascera, dizia que o problema não era uma tragédia, embora não seja também uma alegria. (1986, p. 29)

Alinhado a esse cenário, pontua-se que as mudanças psicossociais com a chegada de um membro deficiente na família provocam desequilíbrio em seus integrantes, por mais que esta seja bem estruturada. Atitudes e valores são revistos e cada um dos membros reagirá frente à aceitação ou rejeição da pessoa com deficiência. A família saudável enfrenta a situação de uma forma mais realista e produtiva, procurando, soluções no grupo, para enfrentar as pressões internas e externas provocadas pela sociedade.

Ela cumpre também o papel de mediadora entre a sociedade e a criança, proporcionando um ambiente mais receptivo. Para isso deve compreender seus sentimentos e reações diante da deficiência e favorecer um ambiente saudável de relações, para que a criança desenvolva-se e amplie sua vida social.

Assista ao [filme](#):

**Gabi: uma história verdadeira**



# Classificação das Necessidades Especiais

O direito de ser diferente é o imperativo proclamado pelas políticas sociais existentes no Brasil. Diante desse contexto enfatiza-se que a sociedade, pelos processos de reconhecimento, de identificação e diferenciação, constrói os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que têm deficiência e os que não têm. Segundo Correia, existem dois grandes tipos de Necessidades Educacionais Especiais-NEE: I. necessidades especiais e significativas; II. necessidades especiais e ligeiras. (2008, p. 45-46)

Pasqua (2011) salienta que, na atualidade, o atendimento às pessoas com deficiências está se afastando de uma postura clínica tradicional, assistencialista e segregacionista, direcionando-se para um modelo educacional mais amplo, que visa à autonomia e integração social.

## **Necessidades especiais significativas**

Segundo Correia (2008), são aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial, de acordo com os progressos do aluno no percurso escolar. Nesse grupo encontram-se as crianças e adolescentes cujas alterações significativas no desenvolvimento foram provocadas, na sua essência, por problemas orgânicos, funcionais e ainda por déficits socioculturais




e econômicos graves. Abrangem, portanto, problemas de foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e outros problemas ligados à saúde do indivíduo. O próprio autor delinea:

**de caráter intelectual** - nesse grupo, normalmente, encontram-se as crianças e adolescentes com deficiência mental, aqueles indivíduos cujos problemas acentuados do funcionamento intelectual e comportamento adaptativo lhes causa problemas globais na aprendizagem, quer ela seja acadêmica ou social. Englobam-se, ainda, na categoria, os indivíduos dotados e com altas habilidades cujo funcionamento intelectual e potencial de aprendizagem é superior à média e que, caso os programas não estejam em consonância com as suas características, podem também experimentar insucesso escolar. (2008, p. 46).

**de caráter processológico** - os alunos com problemas processológicos, derivados de problemas relacionados essencialmente com a recepção, organização e expressão da informação, são geralmente designados por alunos com dificuldades de aprendizagem. Caracteriza-se, em geral, por uma discrepância acentuada entre o potencial estimado do indivíduo (inteligência na média ou acima da média) e a realização escolar que é abaixo da média numa ou várias áreas acadêmicas (2008, p. 47).

**de caráter emocional** - nesta categoria enquadram-se todos os alunos cuja problemática emocional ou comportamental apresenta comportamentos de tal forma desapropriados que levam à disfunção dos ambientes em que eles se inserem. Embora continue a controvérsia quanto à definição e terminologia mais corretas, esta categoria engloba essencialmente o grupo de alunos cujas perturbações são de tal maneira graves que põem em causa quer o sucesso escolar, quer mesmo, a sua segurança e a daqueles que os rodeiam. Nela se incluem as psicoses e quaisquer outros problemas graves de comportamento (p. 47).





**de carácter físico e de saúde** - este grupo de alunos engloba aqueles cujas capacidades físicas foram alteradas por qualquer problema de origem orgânica ou ambiental, vindo a provocar-lhes incapacidades do tipo manual e/ou da mobilidade. As categorias mais comuns deste grupo são: a paralisia cerebral, a espinha bífida, a distrofia muscular, embora são encontrados outros problemas motores derivados de problemas respiratórios graves, amputações, poliomielites etc., acidentes que afetam os movimentos de um indivíduo. No grupo dos problemas sensoriais incluem-se, principalmente, os alunos cujas capacidades visuais ou auditivas estão afetadas. Assim, no que diz respeito à visão há duas subcategorias: os cegos e os amblíopes. Os cegos são aqueles cuja incapacidade os impede de ler, seja qual for o tamanho da letra. Para ler, usam o sistema Braille. Os amblíopes, mesmo tendo em conta o grau de severidade do problema, são capazes de ler, desde que efetuem modificações no tamanho das letras (p. 48).

De acordo com Rosseto; Iacono; Zanetti (2006) a deficiência física é entendida como uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. São elencadas da seguinte forma:

- I. monoplegia, paralisia de um membro do corpo;
- II. hemiplegia, paralisia da metade do corpo, por lesão de via piramidal;
- III. paraplegia, paralisia dos membros inferiores do corpo;
- IV. triplegia, paralisia de três membros do corpo;
- V. tetraplegia, paralisia dos membros inferiores e superiores do corpo;



- VI. monoparesia, perda parcial de um membro do corpo;
- VII. hemiparesia, paralisia parcial da metade do corpo, por lesão de via piramidal;
- VIII. paraparesia, paralisia parcial dos membros inferiores do corpo;
- IX. triparesia, paralisia parcial de três membros do corpo;
- X. tetraparesia, paralisia parcial dos membros inferiores e superiores do corpo;
- XI. amputação ou ausência de membros do corpo;
- XII. paralisia cerebral. (2006, p. 35)

### **Necessidades especiais ligeiras**

Segundo Correia (2008, p. 48), são aqueles em que a adaptação do currículo escolar é parcial e se realiza de acordo com as características dos alunos, num certo momento do percurso escolar. Geralmente manifestam-se como problemas ligeiros de leitura, escrita ou cálculo ou como problemas ligeiros, atrasos ou perturbações menos graves ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socioemocional. A resposta educativa a estas problemáticas geralmente exige modificação parcial do currículo escolar, adaptando-o às características do aluno, num determinado momento do seu desenvolvimento e percurso educacional.



# Passos e Compassos da Deficiência na Educação

A cartilha da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN (2006a)


considera deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano. São consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm:

I. deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando no comprometimento da função física. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

II. Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

III. deficiência visual: cegueira, quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 graus no melhor olho com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho com a melhor correção óptica, os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que





60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

IV. deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; trabalho.


V. deficiências múltiplas: associação de duas ou mais deficiências primárias (mental/visual/auditiva/física), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa (FEBRABAN, 2006a, p. 87)

### **Inclusão social das pessoas com deficiência**

Diante das inúmeras mudanças que eclodem na sociedade, surge o movimento da inclusão, que é consequência da visão social de um mundo democrático, que respeita direitos e deveres. A limitação de um indivíduo não diminui seus direitos. As pessoas com deficiência são cidadãos e fazem parte da sociedade e cabe a ela se preparar para lidar com a diversidade humana. Há que respeitar a todos e aceitá-los, não importa o sexo, a idade, as origens étnicas, opção sexual ou suas deficiências (FEBRABAN, 2006a).

Apesar dos dispositivos legais que garantem tratamento igualitário a todo cidadão, existem, na sociedade, inúmeras situações que estabelecem diferenças entre as pessoas consideradas normais e aquelas que apresentam necessidades especiais: os transportes coletivos sem



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus light color.

adequações de uso para pessoas com deficiência; os concursos públicos com exigências que bloqueiam a participação de todos, exemplo de exames físicos e de aptidões bloqueadoras de acesso das pessoas com deficiência, entre outros. Tal quadro remete a perceber a complexidade da problemática e as definições no trato com as necessidades especiais (GOES; SANTOS; SANTOS, 2012).

Mazzota; D'Antino (2011, p. 377) salientam que

[...] a inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais.

Uma sociedade aberta a todos, que estimula a participação de cada um, aprecia as diferentes experiências humanas e reconhece potencial de todo cidadão é denominada sociedade inclusiva.



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark hair and is looking towards the camera.

De acordo com a cartilha da FEBRABAN (2006a, p. 17) pontua-se que:

A sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e autossuficiente. É democrática e reconhece todos os seres humanos como livres e iguais e com direito a exercer sua cidadania. É uma sociedade fraterna, ou seja, busca todas as camadas sociais, atinge todas as pessoas, sem exceção, respeitando-as em sua dignidade.

Contudo, o conceito de inclusão se expande à medida que não somente defende grupos de pessoas com deficiência, mas, também, reivindica igualdade de direitos para todos os cidadãos que, por um motivo qualquer, estejam excluídos de um ambiente social e dos serviços oferecidos pela sociedade. Caminha, portanto, no sentido de uma sociedade para todo e do reconhecimento de que a sociedade deve ser plural e aberta às diferenças. Ao fazer a reflexão sobre a questão da igualdade de oportunidades, não se pode esquecer que se vive, mais do que nunca, em um mundo capitalista, em que a produção, sob todos os aspectos, é valorizada e cobrada pela sociedade (BENFICA; PEREIRA; ALVES, 2008).

As dificuldades são inúmeras para a sobrevivência da pessoa com deficiência, porém, as mudanças de valores acontecem paulatinamente, quando a sociedade não é indiferente à problemática, abrindo espaços para que a pessoa com deficiência manifeste suas potencialidades, participado do processo educacional, do mercado de trabalho e do contexto social.



# O Novo Educador


O educador tem papel fundamental no desenvolvimento escolar da criança, oferecendo direcionamento e desenvolvendo metodologias que são usadas no cotidiano. Com o educador a aprendizagem torna-se um acompanhamento necessário na orientação educacional da criança de forma que ela expresse suas dúvidas e certezas, de maneira reflexiva.

Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. (FREIRE, 2001, p.47).

A metodologia é resumida como estudo científico dos métodos. Por meio desse processo didático são alcançados os objetivos, de maneira bem mais eficaz, tornando a atuação do educador prazerosa e estimulante, no aprendizado da criança.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE, 1996. p. 96).





Ao professor cabe ter consciência do seu papel na sala de aula. Sua contribuição é fazer que os alunos se sintam à vontade, ajudando no aprendizado e formação íntegra de um novo cidadão. Dependendo da situação, o educador é visto como um segundo pai ou até uma segunda mãe, é um orientador em busca de mais conhecimentos.

Para ampliar o entendimento assista ao vídeo:

### **A educação infantil o direito à aprendizagem**


Segundo Freire, o educador é um libertador de um elemento social ativo e crítico, em sua atuação, comprometido com a transformação da sociedade e que faz “[...] o que historicamente é possível e não o que se gostaria de fazer.” (2001, p.174).

O educador propicia situações de cuidados, fazendo brincadeiras e proporcionando aprendizagens, sempre orientadas de maneira integral e interpessoal. Sua atitude básica de aceitação inclui respeito, confiança ajuda para o ser humano desenvolver suas capacidades.

A Base Nacional Curricular traz vários apontamentos sobre o professor como elemento social.

### **A Educação Infantil e a BNCC – I**





A educação, tem a missão que é delegada pela sociedade, aos professores a quem confia a condução da aprendizagem para qualquer indivíduo para orientar suas atitudes, desenvolvendo as competências para um futuro promissor.


### Conforme Referencial Curricular Nacional

Faz-se necessário que os profissionais, nas instituições de educação infantil, tenham ou venham a ter uma formação inicial sólida e consistente, acompanhada de adequada e permanente atualização em serviço. Assim, o diálogo, no interior da categoria, tanto quanto os investimentos na carreira e na formação profissional pelas redes de ensino, são hoje, desafio presente com vista à profissionalização do docente da educação infantil. (1998, p. 41).

Compete ao educador reconhecer o aluno como um ser flexível que, se bem orientado, encontra o próprio caminho, a própria realização. O professor não tem poder decisório sobre o destino dos alunos, ele apenas mostra alguns dos muitos caminhos que o educando pode seguir.

Não queremos com isso dizer que o simples uso da capacidade reflexiva da educação seja suficiente para a libertação. E, claro, que libertação demanda a ação transformadora sobre a realidade objetiva em que os homens se acham oprimidos, portanto, desumanizados. (FREIRE, 2001, p. 118).





Consequentemente, o processo de educar é construtivo e permanente, vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos, tem caráter histórico e cultural. Todos estão infiltrados na sociedade para interagir e fazer valer os direitos. Admite-se a identidade e se reconhece como uma sociedade que se aproxima pela diversidade humana.

Continue assistindo os links e visualize as novas orientações para a educação infantil

### A Educação Infantil e a BNCC – II

Moura (2001, p.155) diz que

Fazer da sala de aula o lugar de aprendizagem natural do sujeito é estabelecer como objetivo da escola criação de um ambiente onde se partilha e constrói significados. A decorrência de se aceitar esta afirmação como verdadeira é que aos que fazem a escola, cabe o planejamento de atividades de ensino mediante as quais, professores e alunos possam ampliar modificar e construir significados.

O educador tem um papel bastante difícil, porque é exigido dele o talento, a paciência e a perseverança. É uma profissão recompensadora, em que o educador incentiva os alunos a buscar do conhecimento. Cabe ao educador fazer que a aprendizagem se transforme em uma acumulação de fatos. Com ela surgem modificações no comportamento do indivíduo, na orientação futura, nas suas atitudes e personalidade.



Nesse sentido, o último link nos remete ao direcionamento do trabalho em educação infantil:

### A Educação Infantil e a BNCC – III

#### **O conceito e a importância da educação no ambiente de creche**

A gênese da Educação no ensino fundamental tem uma história que reorienta o próprio pensamento educativo. Na Idade Média, não existia um conceito formado sobre a infância, fato esse que resulta na falta de informação sobre as particularidades infantis.

Com as novas perspectivas, a infância é olhada de modo diferente ajudando nas transformações, percebendo que a educação é cuidada, que por ela que vem a preparação para um futuro melhor, formando assim novas pessoas.

[...] nós precisamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica a prioridade de conteúdo. Os conteúdos são fundamentais, e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se em um arremedo, ela transforma-se em uma farsa. Parece-me, pois, fundamental que se entenda isso e que, no interior da escola, nós atuemos segundo essa máxima: a prioridade do conteúdo que é a única forma de lutar contra a farsa do ensino. [...] se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos



culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar sua dominação (SAVIANI, 2007a, p. 55).


### **A creche e suas funções junto à criança e à família**

O fortalecimento da expansão da Educação no Brasil e no mundo ocorre de forma crescente nas últimas décadas. A sociedade toma consciência da importância dos conhecimentos adquiridos na primeira infância, motivando a demanda por uma educação institucional. O documento oficial do MEC menciona os objetivos para o aumento do ensino fundamental de oito para nove anos:

- a) melhorar as condições de equidade e de qualidade da Educação Básica;
- b) estruturar um novo ensino fundamental para que as crianças prossigam nos estudos alcançando maior nível de escolaridade;
- c) assegurar que ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças tenham um tempo mais longo para aprendizagem da alfabetização e do letramento. (BRASIL 2009, p. 5).

Dessa forma, o ensino fundamental de nove anos exige a reelaboração da proposta pedagógica das Secretarias de Educação, do projeto político pedagógico das escolas, e a atualização das normas curriculares pelos Conselhos de Educação.



A close-up, soft-focus photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking slightly to the left. The background is a light, neutral color.

Percebe-se que o objetivo de se universalizar o acesso ao ensino transcende os recursos educacionais, tornando-se um fator determinante na qualidade da educação ofertada para atender às novas necessidades educacionais do país.

O processo de aprendizagem inicia-se com a aquisição de regras do comportamento familiar, das práticas sociais, quem vêm dos valores familiares, coletivos e outros e fazem parte da vida cotidiana. É desenvolvido ao longo do crescimento humano elevando os papéis das atitudes comportamentais, culturais, do meio e incorporado, progressivamente, na sociedade.

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante. (BRANDÃO, 1985, p. 9).

A educação brasileira permanece na tendência de tomar como referência principal uma grande quantidade de métodos e modelos de outros países, transplantando-os nas escolas, sem levar em consideração a diversidade cultural e realidade socioeconômica. Oliveira comenta que “[...] os saberes de uma população devem ser entendidos como a dimensão cognitiva de sua cultura, exigindo um estudo aprofundado sobre as formas de produção e socialização.” (2008, p. 22).



## As estratégias utilizadas pela sociedade para transformação educacional


### Figura 1- Pense fora da caixa

**Fonte:** Curso de formação da APP – Sindicato/Foz do Iguaçu.

O ser humano desenvolve-se de modo gradual e contínuo por fases que obedecem a uma sequência, embora as idades de transição variem de indivíduo para indivíduo. Para atingir o equilíbrio superior, constantemente aperfeiçoa-se até estar plenamente desenvolvido.

A sociedade, no contexto histórico, define que a aprendizagem é adquirida para que o ser humano possa cumprir com o seu papel de cidadão. O conhecimento não pode ser desvinculado da realidade.




A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus light blue.

A globalização dos mercados, revolução na informática e nas comunicações, transformação dos meios de produção e dos processos de trabalho e a alteração no campo dos valores e atitudes são alguns ingredientes da contemporaneidade que obrigam as nações a constituírem um sistema mundializado de economia. A educação, mormente a escolar, precisa reciclar-se para assumir seu papel nesse contexto, como agente de mudanças, geradora de conhecimento, formadora de sujeitos capacitados a intervir e atuar na sociedade de forma crítica e criativa. [...] O enfrentamento dessas questões envolve o concurso dos governos, dos pesquisadores e planejadores, dos educadores e professores, a fim de que a escola possa dar respostas concretas às exigências de modernização e democratização da sociedade.” (LIBÂNEO, 2004, p.195-199).

As transformações vividas pela sociedade, a todo o momento, é um processo que engloba políticas sociais, econômicas e culturais, fazendo-se necessário que a educação esteja sempre atualizada, sendo sempre dinâmica e moldada para uma boa formação do cidadão.

[...] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. ‘[...] a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social’ (BRASIL, 1996, p. 82).



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus light blue.

A educação pública tem, no modelo de gestão, proposta de reestruturar o sistema dando às instituições escolares autonomia e responsabilidades pelo resultado inovador e educativo. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança as semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe.


A tomada de consciência para o reconhecimento do pressuposto é fundamental para que se realize a mudança e definidas na legislação para acompanhar a tendência hegemônica mundial dos sistemas e das escolas públicas e transformação da sociedade.

A escola sempre está ligada à sociedade e a seus constituintes, é o que permite acreditar que, pela educação, de alguma forma, influencia a situação social.

A escola que surge não é a aceitação das ideias e dos ideais vislumbrados por filósofos e pedagogos, é antes o resultado das necessidades econômicas e sociais. O conhecimento ocupava um lugar secundário na escola, ficando a transmissão de valores morais e religiosos em primeiro plano, predominando, ainda, o papel da escola como instrumento de solidificação da ordem social. (DELVAL, 2001, p.20-21).

A educação, nesse contexto, tem poderes quase que absolutos sobre a sociedade, uma vez que a ela é atribuída, além da capacidade de direcionar a vida social, a força de redimir a sociedade.





No sistema educacional brasileiro houve, nas últimas décadas, um grande avanço tendo ainda muito para evoluir. O desenvolvimento do país passa obrigatoriamente pela produção de conhecimentos, a educação assume um compromisso prático com a eliminação da miséria e construção de uma sociedade mais justa.


### **A educação pública e as transformações no modelo educacional**

As transformações a favor da reforma na educação brasileira foram gestadas nas condições que influenciaram ocorrências importantes para a história do Brasil e em especial para a história da educação pública do país. Florescem os primeiros sinais de inquietação no processo de integração política do país.

A educação brasileira viu nascer, de forma concreta, cuidados com o desenvolvimento do ensino superior, secundário e comercial, mas este conjunto de decretos não foi suficiente para resolver o problema educacional brasileiro. (Saviani, 2004). Porém, foi uma iniciativa que contribuiu para mostrar as perspectivas de uma educação capaz de atender as necessidades da sociedade brasileira, conforme explicita Souza:

Ao estudar a Reforma Francisco Campos, principalmente os Decretos n. 19.890 e n. 21.241, que traçaram novas diretrizes quanto à organização do ensino secundário e à inovação desse sistema escolar, foi possível perceber a instalação de uma nova realidade sócio-política. A necessidade de elevar a situação econômica, política






e social do país fez com que o Governo, pelo menos teoricamente, implantasse algumas soluções para os problemas educacionais, atreladas à verdadeira finalidade do ensino. (2008, p. 150)

A Reforma trazida por Francisco Campos permitiu que o processo de institucionalização fosse reafirmado por meio da padronização das escolas secundárias, mediante manutenção do sistema de equiparação e de inspeção federal e provocou mudanças significativas no contexto social da época.

Segundo Saviani (2004), outro grande marco foi a elaboração do Manifesto com a abertura da IV Conferência Nacional de Educação, quando Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, solicitou aos presentes a colaboração para a criação do projeto para definir a política educacional do novo governo. Pouco tempo depois, o documento intitulado Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova direcionava-se ao governo e a toda a população. “[...] foi lançado em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dirigido ‘ao povo e ao governo’, esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela construção educacional.” (SAVIANI, 2004, p. 33).

O Manifesto é sem dúvida um importante legado do século XX porque influenciou a política educacional e estabeleceu novos marcos com propostas de reconstrução social e educacional. Apresentando princípios de uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória, o



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking upwards. The background is a soft, out-of-focus light color.

Manifesto, assim como todo instrumento social e coletivo, traz em seu bojo diversidade de características. Nesse sentido, menciona-se duas vertentes ideológicas que atuaram juntas na construção e posteriormente na execução do documento.

“A partir do novo modelo de movimento educacional foi sendo construído por uma ordem vigente, à medida que esses movimentos vão assumindo de maneira mais clara um caráter político ideológico passam a se chamar realismo em educação.” (PAIVA, 1987, 129). Isso aparece de maneira mais nítida no Estado Novo. No cumprimento do papel social e da gestão democrática, é necessário o fortalecimento das instituições para contribuir para o desenvolvimento da educação com qualidade.

[...] A gestão democrática é entendida como processo de aprendizado e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas vislumbra, nas especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do ‘jogo’ democrático e, conseqüentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais e, no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 2006a, p.79)





**Figura 2 – Escolas que inovam sabem que é importante eleger prioridades**

**Fonte:** Inova Escola - Fundação Telefônica

Quando se trata de gestão democrática, pensa-se um processo de construção de orientações neoliberais que reduzem a autonomia a possibilidade da universidade buscar novas formas de aquisição de recursos no mercado. Uma gestão democrática requer a presença do Estado a serviço da instituição pública, gratuita e de qualidade que, conjuntamente com a sociedade, reorienta as ações pelas escolhas de prioridades advindas das demandas sociais, além do que os compromissos políticos educacionais devem refletir os interesses da maioria.



## **As competências necessárias ao professor ontem e hoje**

Até o século passado a educação estava sob o poder da Igreja e os professores eram os religiosos. Os saberes e as técnicas eram organizados por teóricos e as normas e valores praticados sofriam a influência de crenças e atitudes morais e religiosas. Quando houve um movimento de estatização do ensino educacional, os religiosos foram substituídos por professores recrutados pelo Estado.


Algumas estratégias necessárias ao professor de hoje encontram-se no *link*:

**Diversa - Materiais pedagógicos acessíveis**

Para o professor ensinar o aluno era preciso uma licença ou autorização do Estado, concedida após uma análise das condições do candidato, tais como: habilitações, idade, comportamento moral. Com essas novas exigências impostas pelo Estado inicia-se o processo de profissionalização da atividade docente, estabelecendo um perfil de competências necessárias para o papel de professor e contribuiu para a homogeneidade, unificação e hierarquização do ensino em nível nacional.

Surge, então, o profissionalismo do docente sendo ele licenciado pelo Estado para garantir serviços de qualidade na educação brasileira. O Estado estabeleceu um controle mais rigoroso dos processos educa-






tivos, mas não promoveu mudanças significativas na função da escola, seus saberes e normas. O professor recebeu um reconhecimento social relevante e por esta licença adquirida, a legitimação oficial para o desenvolvimento de sua atividade. Nesse sentido, Nóvoa (1995, p. 17), comenta que:

Os professores são funcionários, mas de um tipo particular, pois a sua ação está impregnada de uma forte intencionalidade política, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são portadores. No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: agentes culturais, os professores são também, inevitavelmente, agentes políticos. (NÓVOA, 1995, p.17).

Na atualidade, a escolarização tem muita importância na formação dos indivíduos. Ela vem para assumir e alargar uma ruptura do passado com o presente que tenta enraizar uma melhoria de vida daqueles que veem a educação como uma transformação do ser humano.

Já no início do século XX, a profissão de docente se concretizou com a adesão coletiva dos professores fazendo com que através de um conjunto de normas e de valores fossem acrescentados, todas as transformações foram impostas pelo Estado. (NÓVOA, 1995).



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking upwards. The background is a soft, out-of-focus light blue.


O sistema educacional passa de um sistema que antes era direcionado somente para a elite para um sistema de ensino de massas e implica num aumento quantitativo de professores e alunos. A educação precisava ser conhecida pelos seus resultados, como o único meio de assegurar equidade do direito à educação dos cidadãos.

Ensinar hoje é diferente do que era há vinte anos. Fundamentalmente, porque não tem a mesma dificuldade trabalhar com um grupo de crianças homogêneas pela seleção ou enquadrar a cem por cento as crianças de um país, com os cem por cento de problemas sociais que essas crianças levam consigo. Daí o desencanto que atinge muitos professores, que não souberam redefinir o seu papel perante esta nova situação. (NÓVOA, 1995, p. 96).

Com o desenvolvimento da educação os professores utilizam-se de novas metodologias de ensino com esforços e estímulo imprescindível para a melhoria educacional, assegurando a qualidade na educação oferecida.

Essas são as novas características de uma sociedade moderna, é o papel atribuído aos sistemas educativos com a modernidade, não apenas na qualidade de ensino e sim na formação dos profissionais da educação, que constituem um investimento no capital humano.



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus light color.

Segundo Bolívar (2005), a lógica é garantir a todos os estudantes o direito de aprender com uma prática que exige uma escola bem-dotada e com professores capacitados para levá-la ao potencial máximo, com supervisão entre pares, desenvolvendo sinergias para que os profissionais sejam capazes de gerar melhorias no ensino e na aprendizagem, maximizando assim as potencialidades de cada um pela partilha do conhecimento de todos.

Os avanços educacionais ajudaram a preparar conjuntos de novas normas educacionais na avaliação e elaboração de planos para estabelecer novas ações.


### **As principais dificuldades encontradas para o desempenho pedagógico**

O Brasil ostenta uma das maiores taxas de desigualdade econômica do planeta. Grande parte da população é pobre, a realidade sociocultural se revela dura para as famílias, que vivem tanto em áreas urbanas como no meio rural. aponta que são diversas as causas que geram ou incentivam os problemas escolares. Alguns desses fatores levam alunos a interromperem os estudos abandonando a escola. Dentre os mais variados motivos, destaca-se e classifica-se alguns deles:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficientes, ausência de motivação, entre outros;

Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problema de saúde, gravidez, entre outros;



A close-up, slightly blurred photograph of a young child's face, showing their eyes, nose, and mouth. The child has dark hair and is looking towards the camera with a neutral expression. The background is a soft, out-of-focus light blue.


Pais/responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos; e,  
Social: trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência em relação à gangues (ARAÚJO, 2012).

Estudos que abordam o fracasso pedagógico tratam-no a partir de aspectos diferentes, dentre eles: a necessidade dos alunos de trabalharem, as condições básicas para aprendizagem pela criança, incluindo as desvantagens culturais e as condições da família, destacando-se pelo nível de escolaridade dos pais, a falta de acompanhamento dos filhos nas atividades escolares, a falta de estímulos e incentivos, a desestruturação e o fracasso escolar da criança.

Segundo Brandão (1985) o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno porque quando é mais elevado o nível de escolaridade dos pais, mais tempo a criança permanece na escola e maior o seu rendimento.

Nesse pressuposto, Araújo (2012) expõe que as dificuldades encontradas pelo docente acontecem devido a um grande conjunto de fatores, sociais, escolares ou familiares. O mais importante é que a família e a escola consigam diagnosticar e resolver a questão, pois o acesso à educação é direito de todas as crianças, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (artigo 4º da Lei 8.069/90) que prevê que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos fundamentais desses sujeitos, e aí se inclui a educação, com absoluta prioridade.



A close-up, slightly blurred photograph of a baby's face, showing the eyes, nose, and mouth. The baby has dark eyes and is looking towards the camera. The background is a soft, out-of-focus light blue.

A família ou a mãe da criança e do adolescente precisam apoiá-lo, mostra-lhe que a educação é essencial para exercer seu papel na sociedade, ensinar que a educação transforma a realidade, a superar os desafios, um investimento que ninguém pode tirar da sua vida. A educação é um ato mudança para um mundo melhor e mais desenvolvido.

Nesse sentido observar-se que o desinteresse pela escola é outro dos motivos do fracasso do docente, pois este reflete a falta de demanda por educação. Não basta garantir o acesso ou criar programas de transferências de renda para assegurar que o jovem permaneça na escola. É preciso torná-la mais atrativa interessante e cativante. O fato é que todos os autores envolvidos no desempenho escolar da criança e do adolescente têm um papel fundamental para amenizar o fracasso pedagógico.



# Referências

ALMEIDA, M. S. R. **O nascimento de um bebê com deficiência.** Disponível em: <<http://filhosecia.uol.com.br>>. Acessado em: 06.nov.2018.

ARAÚJO, G. S. **Entrelaçando Revista Eletrônica de Culturas e Educação** N. 6 • V 1 • p. 24-34 • Ano III (2012) • Set.-Dez. • ISSN 2179.8443 Caderno Temático IV Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial

BENFICA, D.T.; PEREIRA, E.T.; ALVES, R.J.A. **Pessoas com necessidades especiais e inclusão social: aceitação e dificuldades vivenciadas por pais e familiares no município de Viçosa nas décadas de 80 e 90.** Viçosa: UF, 2009.

BOLÍVAR, A. El centro escolar em el desarrollo del curriculum: **una revisión de las políticas de mejora.** Alternativas: Espacio Pedagógico, v. 19, n. 39, p 157-178, 2005. Acesso em 15 mar. 2016

BRANDÃO, C. Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985

BRASIL. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.** Brasília: MTE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente (1990): Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242.** Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais,** tradução de Raquel Mendes, — 5ª ed. — Rio de Janeiro: Record, 2006.

CORREIA, L. de M. **Inclusão e necessidade educativas especiais:** um guia para educadores e professores. 2. edição. Porto: Porto Editora. 2008.

DELVAL, J. **Aprender na vida e aprender na escola.** Tradução de: Jussara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2001. 118 p.

DOURADO, L.F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação. *In:* FERREIRA, N.S.C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.



FEBRABAN. **A ação de recursos humanos e a inclusão de pessoas com deficiência.** *In:* Coleção FEBRABAN de Inclusão Social, 2006a.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A educação na cidade.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

GINNOT, H. G.; TEENAGER, Between Parent. **O papel da família.** Anuário- APAE. Maringá-PR, 2010.

GOES, T.B.; SANTOS, S.C.A.; SANTOS, E.O. O serviço social como mediador na ressocialização de pessoa com necessidades especiais. *Revista Vozes dos Vales.* Minas Gerais ano 2 n. 1. p.1-18, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença.** Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

JUNIOR, M. C. M. L. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** Brasil: Secretária de Direitos Humanos. 2010.

KROEFF, P. **A pessoa com deficiência e o sistema familiar.** *In:* X Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. ABRATEF, 2012.

LEMES, L.; BARBOSA, C. M. A. Comunicando à mãe o nascimento do filho com deficiência **Acta Paulista de Enfermagem,** São Paulo, vol. 20, n. 4, p. 441-445 out.-dez., 2007.

MACIEL, M. R. C. **Pessoas com deficiência:** a questão da inclusão social. *Revista São Paulo em Perspectiva.* São Paulo, Ano 2, n.14, 2000.

MAYRINK, J.M. **Anjos de barro** - histórias de pais e filhos especiais. São Paulo: EMW. 1986.

MAZZOTA, M.J.S.; D'ANTINO, M.E.F. **Inclusão social de pessoas com deficiência e necessidade especiais:** cultura, educação e lazer. *Saúde Social* ano20 n.2, p.377-389. 2011.



MEYNCKENS-FOUREZ, M. Quando um dos membros da fratria está em desvantagem. *In*: Tilmans-Ostyn, E; Meynckens-Fourez, M. (org.). **Os recursos da fratria**. Belo Horizonte: Artesã. 2000.

MOURA, L.; VALÉRIO, N. **A família da criança deficiente**. *In*: Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo. Ano 3, n.1: p.47-51. 2003.

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1995.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIVA, E.F.B.; SANTOS, C.P. **A formação do professor de educação infantil no curso de pedagogia da UNEB/DCHT Campus XVI – Irecê - BA**. Revista FACEVV, Vila Velha, n. 8, p.34-50, 2012.

PASQUA, L. D. A sexualidade nas pessoas com deficiência – Uma experiência italiana. **Revista da Sociedade de Psicologia**. Rio Grande do Sul, 2011.

ROSSETO, E.; IACONO, J. P.; ZANETTI, P. SILVA. **Pessoa com deficiência: Caracterização e formas de relacionamento - PEE (org)**. **Pessoa com deficiência**: aspectos teóricos e práticos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006. p. 105 – 140.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo, Autores Associados, 2007a.

SAVIANI, D. *et al.* (org.) **O legado educacional do século XX no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57

SILVA, N.L.P.; DESSEN, M.A. **Deficiência mental e família**: implicações para o desenvolvimento da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, São Paulo, ano 17, n.2, p.133-141. 2001.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO  
PARANÁ - UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Aparecida Machado Polon  
**Coordenador Geral Curso**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Crissi Knuppel  
**Coordenadora Geral NEAD / Coordenadora Administrativa do Curso**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marisa Schnekenberg  
**Coordenador de Tutoria**

Prof. Ms.<sup>a</sup> Marta Clediane Rodrigues Anciutti  
**Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica**

Espencer Gandra  
Murilo Holubovski  
**Designers Gráfico**

Daniel Reche / Pexels  
**Elementos gráficos**